

UBUNTU E RECONCILIAÇÃO: ESTRATÉGIAS ARTÍSTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID

UBUNTU AND RECONCILIATION: ART STRATEGIES TO PEACEBUILDING IN POST-APARTHEID SOUTH AFRICA

Paulo Roberto Loyolla¹

Luan do Nascimento Silva²

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba – Brasil

Resumo: Objetiva-se, neste artigo, analisar a atuação da organização sul-africana *Artist Proof Studio* (APS) e sua importância com ações locais nas comunidades para resgatar o conceito de *Ubuntu* e mitigar conflitos. Partindo de como as violências direta, estrutural e cultural, moldaram o contexto específico da África do Sul durante o regime de Apartheid, é apresentada uma descrição do conceito de *Ubuntu*, que remete à antiga filosofia africana que trata de nutrir o sentimento de unidade entre os indivíduos como forma de consolidar a comunidade. Apontaremos, então, sua significação e aplicação na África do Sul. Em seguida, abordaremos como as estratégias artísticas constituem uma abordagem viável para a Construção da Paz, colaborando para a transformação de conflitos. Por fim, no contexto pós-Apartheid, verificaremos a atuação da organização *Artist Proof Studio* (APS) que, através de iniciativas artísticas baseadas na comunidade, resgatou o conceito de *Ubuntu* e promoveu o processo de reconciliação. Sendo assim, será observado como as artes fortalecem esse conceito na África do Sul, facilitando o processo de reconciliação e de construção da paz.

Palavras-chave: Construção da Paz. Transformação de conflitos. África do Sul.

Abstract: In this work, the objective is to analyze the agency of the South African organization *Artist Proof Studio* (APS) and the importance of its local actions in communities to rescue the concept of *Ubuntu* and mitigate violent conflicts. Beginning with how direct, structural and cultural violence shaped the specific context of South Africa during the Apartheid Regime; it is also presented a description of the concept of *Ubuntu*, which refers to the ancient African philosophy that comes to nourish the feeling of unity among individuals as a way to consolidate the community. So we will point out its significance and application in South Africa. Then it will be discussed how arts strategies constitute a viable approach to peacebuilding, collaborating with conflict transformation. Finally, in the post-Apartheid context, we are going to verify the agency of the organization *Artist Proof Studio* (APS) which through arts community-based initiatives, rescued the concept of *Ubuntu* and promoted the process of reconciliation. Thus, it will be seen how the arts strengthen this concept in South Africa, facilitating the process of reconciliation and Peacebuilding.

Key-words: Peacebuilding. Conflict Transformation. South Africa.

Recebido: 06/03/2018

Aprovado: 13/05/2018

¹ Kuhlmann prlkuhl@gmail.com

² luandonascimentosilva@gmail.com

Considerações Iniciais

O regime de Apartheid que vigorou na África do Sul na segunda metade do século XX é moldado por uma evolução histórica dos sistemas de opressão, que têm início ainda no século XVII durante a era mercantilista, período em que começa a colonização do país pelos holandeses, posteriormente influenciada pelo colonialismo britânico, que viria a se tornar um poder hegemônico na África do Sul (BRAGA, 2011). Neste caso, a contextualização histórica é um método que ajuda a compreender e identificar a formação desses sistemas de opressão e, também, a verificar o empreendimento das violências cultural, estrutural e direta nos conflitos sul-africanos. Para além disso, esse método permite o desenvolvimento de abordagens de transformação social compatíveis com as particularidades do contexto específico da África do Sul.

Observou-se o resgate da filosofia *Ubuntu* (que apresenta uma concepção de humanidade compartilhada) durante o processo de reconstrução do país no contexto de pós-conflito, o que é também uma tentativa de resgate da cultura local – embora seja uma filosofia que transcenda fronteiras –, ao visar fortalecer a identidade nacional e promover a reconciliação entre grupos outrora conflitantes (NABUDERE, 2005; DOLAMO, 2013). É percebida, dessa forma, a possibilidade de instrumentalização positiva desse aspecto cultural específico para transformar a realidade social de uma África do Sul fragilizada por um longo histórico de conflitos e violências.

Nessa busca por estratégias alternativas e eficientes para a construção da paz, faz-se necessário verificar abordagens que vão além das perspectivas tradicionais, assim como as estratégias artísticas que podem ser vistas como ferramentas relevantes para o processo de transformação de conflitos no contexto de pós-Apartheid, relevância essa que se dá pela sua função social primária, caracterizada como canal de expressão e comunicação que influencia na dinâmica dos relacionamentos humanos (SHANK & SCHIRCH, 2008).

Nesse sentido, a *Artist Proof Studio* (APS) é uma organização não-governamental que surge em Johannesburgo em 1992, período inicial do processo de transição democrática na África do Sul. O objetivo da APS é transformar a realidade da sociedade sul-africana através das artes e da cultura, para tanto, a organização adota a filosofia *Ubuntu* como princípio basilar de sua atuação (BERMAN & SELIBE, 2005). Por isso, faz-se necessário compreender o papel das artes e da filosofia *Ubuntu* como aspectos fundamentais na atuação da APS em prol da construção de uma cultura de paz. Logo, parte-se do pressuposto que a adoção dessas estratégias em contextos de conflito pode vir a ser uma alternativa eficiente para a transformação da realidade social.

O presente trabalho, portanto, divide-se em quatro seções. Na primeira seção é utilizado o Método Histórico para contextualizar o regime de Apartheid na África do Sul e identificar as origens das violências direta, estrutural e cultural; na segunda, apresenta-se um panorama conceitual da filosofia *Ubuntu*, em compatibilidade com perspectivas críticas de segurança e de paz; enquanto

na terceira seção é delineado um arcabouço teórico sobre as estratégias artísticas em processos de construção da paz; por fim, na quarta seção é realizado o Estudo de Caso que traz a análise da organização sul-africana *Artist Proof Studio* (APS) e de sua atuação para promover a construção da paz através da filosofia *Ubuntu* e das estratégias artísticas, aproximando-se de uma abordagem pós-colonial das Relações Internacionais.

1. Contextualização Histórica das Violências na África do Sul

Antes de analisar as iniciativas artísticas da *Artist Proof Studio* (APS) na tentativa de promover a Construção de Paz na África do Sul, devemos analisar o processo histórico do país contextualizando as violências, para então, entendermos a necessidade de resgate da filosofia *Ubuntu* como forma de mitigar essas violências e fomentar o processo de reconciliação entre a população negra e branca.

De acordo com Braga (2011), para compreendermos a atual conjuntura nacional da África do Sul e sua inserção nas relações internacionais, é necessário observar os acontecimentos que as moldaram. No século XVII, iniciou-se a colonização da África do Sul pelos holandeses, estabelecendo uma relação de dominadores-dominados, respectivamente, holandeses e nativos. Portanto, nesse contexto, notam-se as raízes do regime de segregação racial que viria a ser institucionalizado, anos depois.

Com a ascensão do Império Britânico, trazendo uma nova lógica do capitalismo e do colonialismo, seu processo de expansão tomou espaço na África do Sul, não obstante, agora nomeados de “bôeres”, os descendentes de colonos holandeses permaneceram no local, fato fundamental para compreensão da história sul-africana (BRAGA, 2011). De acordo com Braga (2011), esse termo foi dado pelos ingleses para denominar os colonos holandeses, embora esse termo também tenha sido utilizado, em menor escala, para classificar colonos franceses e alemães. A partir da unificação sul-africana (1910) e da criação do Partido Nacional (1914), o nacionalismo se fortalece e os bôeres passaram a se autodenominar *africânderes*.

Logo, percebe-se que havia um conflito que dizia respeito à divisão do espaço geográfico pelos nativos, pelos bôeres e pelos ingleses. Contudo, a sociedade sul-africana ainda sofreu mais uma grande mudança no século XIX, que remete à chegada dos indianos (BRAGA, 2011, p. 63-64). Assim, a sociedade sul-africana estava composta por três grandes grupos: negros, brancos e indianos. Nesse estágio da história, nota-se o surgimento e o recrudescimento da violência cultural que, conforme Concha (2009, p. 75) e Galtung (1969), ocorre quando elementos culturais — tais como religião, língua, símbolos — são usados para legitimar os diversos tipos de violência.

O desenvolvimento de uma estrutura social que legitimaria a institucionalização do regime de Apartheid foi possibilitado após a aprovação da Constituição da União Sul-Africana em 1910, que tornou a África do Sul independente da Coroa Britânica; assim, é reforçada a ideia de que as

raízes desse sistema político de segregação e opressão são anteriores ao período de sua vigência (1948-1994) (PEREIRA, 2008). Para Braga (2011), essas raízes estão relacionadas à dupla colonização e à escravidão, que tornam a conjuntura sul-africana ainda mais complexa.

Na primeira metade do século XX, durante a hegemonia britânica, surgiram leis que tornavam a segregação racial parte oficial do regime sul-africano, institucionalizando a violência. Exemplos disso são a *Native Land Act* de 1913 e a *Native Urban Act* de 1923, que objetivavam, respectivamente, restringir a aquisição de propriedade pela população negra e limitar sua circulação pelo país. Nesse mesmo contexto surgem dois dos principais movimentos políticos da África do Sul, o Congresso Nacional Africano (CNA) e o Partido Nacional.

Inicialmente caracterizado como movimento de resistência negra na África do Sul (BRAGA, 2011, p. 24), o CNA foi criado em 1912 com o objetivo de transformar por meios legais a realidade dos negros; não obstante, na década de 1940, novos líderes passaram a adotar métodos diferentes de resistência, baseados em práticas não violentas, como no caso da Liga da Juventude (i.e. movimento liderado por Nelson Mandela) do CNA que aderiu às táticas de desobediência civil (BRAGA, 2011, p. 68). O CNA tornou-se formalmente um partido político na década de 1990 (PEREIRA, 2008, p. 155).

O Partido Nacional foi criado em 1914 pelos africânderes com o objetivo de afastar a influência inglesa e defender seus interesses político-econômicos. O Partido Nacional ascendeu ao poder nas eleições de 1924, por meio de uma coalizão com os Partidos dos Trabalhadores – associado à burguesia urbana –, dessa forma, o Partido Sul-Africano, ou seja, o partido governante entre 1910 (período das primeiras eleições no país) e 1924 (BRAGA, 2011, p. 68-70), de tradição inglesa, é derrotado e, conseqüentemente, suas políticas liberais são derrubadas em favor de medidas protecionistas. Essa coalizão, no entanto, foi desfeita no final da década devido à crise no mercado internacional que afetou o país. Uma nova coalizão viria a ser consolidada em 1934, desta vez entre o Partido Nacional e o Partido Sul-Africano; surge dessa coalizão o Partido Unido, que se manteve no poder até a implantação do regime de Apartheid, em 1948, período em que o Partido Nacional retorna ao poder (PEREIRA, 2008, p. 141-2).

A partir de então outras leis foram criadas para oprimir a população negra, retirando dela direitos fundamentais, como o direito à livre associação, à educação, à saúde. Dentre outras, destacam-se leis como: a “Lei de Registro de População de 1950”, que categorizava a população em raças; e a *Group Areas Act* de 1950, que dividia o território em oito partes, denominadas *Homelands*, administradas por brancos (BRAGA, 2011, p. 71-2). Verifica-se, portanto, a presença da violência estrutural, que é a violência construída ou identificada em estruturas sociais que estabelecem relações de poder assimétricas e restringem o potencial de realizações humanas (GALTUNG, 1969).

Na segunda metade do século XX, conforme Braga (2011), fortaleceram-se movimentos que contestavam as políticas segregacionistas, marcando o surgimento de campanhas para a desobediência civil, como a *Defiance Campaign*, propulsionada pelo CNA em 1952. Em 1955, a luta contra o regime de Apartheid foi ampliada pelo CNA que:

conseguiu ampliar a frente anti-racista através da chamada Freedom Charter (Carta da Liberdade), subscrita também pelos movimentos de indianos, de mulatos, de liberais e de socialistas. A Carta apresentava uma denúncia radical do *Apartheid* e discutia sua abolição, bem como defendia a redistribuição da riqueza (PEREIRA, 2008, p. 147 – itálico do original).

A partir dessa intensa mobilização social foram articuladas mais de 300 greves que abrangeram cerca de 118.000 mil trabalhadores, mais da metade deles eram brancos. Essa abordagem multirracial desagradou alguns setores do CNA que vieram a fundar o Congresso Pan-Africanista (CPA) em 1958. Dois anos mais tarde, o CPA convocou uma manifestação em Sharpeville que foi reprimida e que colocou o CPA, o CNA e o Partido Comunista em condição de ilegalidade (PEREIRA, 2008).

Esses movimentos desencadearam maior repressão do governo, que fez surgir grupos armados antiapartheid, por exemplo, o CNA organizou o *Umkhonto We Sizwe*, comumente mencionado como MK (BRAGA, 2011), e em 1963, após a prisão de Mandela, o CPA criou o *Poqo* (PEREIRA, 2008). Por outro lado, por parte do governo, foi criado o *Bureau of State Security* (BOSS) para refrear ainda mais os movimentos antiapartheid, fossem eles pacíficos ou armados (BRAGA, 2011, p. 77-8).

Nesse ponto, é possível visualizar a abertura para a presença da violência direta. Ela se baseia, segundo Concha (2009, p. 75), no empreendimento da violência física, verbal e/ou psicológica, podendo ser constatada, também, pela “Revolta de Soweto” (1976) ou, como Pereira (2008), propõe, “Levante de Soweto”, por ter sido um movimento que culminou na redução dos investimentos e do apoio internacional ao regime de Apartheid, consistiu em uma série de longos confrontos entre a polícia e a sociedade civil (principalmente estudantes), ocasionando centenas de mortes (BRAGA, 2011, p. 84).

A manutenção do regime de Apartheid se deve, principalmente, pelo interesse do capital internacional na mão-de-obra barata. Nesse sentido, destaca-se a influência dos EUA no processo de industrialização promovido pelos africanos no poder. As políticas protecionistas do Partido Nacional colocaram a África do Sul entre as dez maiores economias do mundo, cuja contribuição do setor industrial para o PIB superou as contribuições dos setores agrícola e de mineração, outrora considerados as bases da economia sul-africana (PEREIRA, 2008). Entretanto, a dependência em relação ao capital estrangeiro, somada à instabilidade político-social no cenário doméstico, proporcionou uma rápida desaceleração da economia entre 1970 e 1980.

Para Pereira (2008, p. 150-1), destacam-se três acontecimentos da década de 1980 que colocaram a economia sul-africana em recessão e proporcionaram o fim do regime de segregação racial. O primeiro evento está relacionado à queda do preço do ouro, que afetou a lucratividade do setor de mineração, as taxas de exportação (de diversas matérias-primas) e o valor da moeda local (o *rand*). O segundo evento diz respeito ao impacto desses acontecimentos no orçamento necessário para a sustentação do regime, acentuando-se o isolamento do país. Enquanto o terceiro evento remete às sanções financeiras que levaram ao endividamento externo, cuja crise se deu em 1985, à recessão em 1989 e à saída da recessão em 1993.

Durante esse período, frente à perda de credibilidade, o governo sul-africano buscou apresentar reformas políticas que contemplassem diferentes setores da população, mas que não alterassem o sistema de subordinação à população branca. Surgem, portanto, novos movimentos antiapartheid, como a Frente da União Democrática e o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos. Dada a conjuntura desfavorável para o então presidente Pieter W. Botha, este renuncia, alegando a fragilidade de sua saúde, e é substituído por Frederik W. De Klerk, na época presidente do Partido Nacional. Embora tenha realizado uma campanha conservadora, o governo de W. De Klerk é marcado pela abertura democrática que retirou da ilegalidade partidos opositores e que liberou centenas de presos políticos, dentre eles, Nelson Mandela (PEREIRA, 2008).

Porém, a violência não esteve ausente no processo de transição democrática (iniciado em 1990 com a abertura propiciada por De Klerk e encerrado em 1994 com a eleição de Nelson Mandela para presidente nas primeiras eleições democráticas do país). Calcula-se que cerca de 16.000 mil pessoas tenham morrido – em especial nas regiões de KwaZulu-Natal e Transvaal. Destaca-se nesse contexto o conflito entre o CNA (maioria de origem Xhosa) e o Inkatha Freedom Party (IFP, movimento cultural de maioria Zulu). Esse segundo grupo é caracterizado por reproduzir o discurso europeu de supremacia étnica dos Zulus em relação aos Xhosas (SIMPSON, 2012). O Inkatha foi fundado em 1975 e se apresentou como oposição direta ao CNA durante toda a década de 1980, entretanto, as hostilidades se intensificaram no início da década de 1990 após a recuperação do status de legalidade do CNA.

O “massacre de Boipatong” é considerado um dos principais acontecimentos do período de transição negociada. O massacre ocorreu em 17 de Junho de 1992, em Boipatong (distrito ao sul de Johannesburgo e majoritariamente alinhado ao CNA); o ato foi cometido por um grupo de correligionários do IFP e resultou na morte de dezenas de pessoas, entre as vítimas estavam duas crianças e uma mulher grávida. A repercussão nacional e internacional do caso muito se deveu às acusações de envolvimento das forças nacionais de segurança em apoio ao IFP (SIMPSON, 2012). Outros episódios de intensificação da violência direta marcaram o período anterior às eleições, por exemplo, quando soldados executaram aproximadamente 30 pessoas durante manifestação

promovida pela CNA, ainda em Agosto de 1992, em Bisho; ou quando o secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani, e um membro do MK foram assassinados, em 1993 (PEREIRA, 2008).

Segundo Simpson (2012), em junho de 1992, o Comitê Executivo Nacional do CNA decidiu interromper o diálogo com o governo por causa da violência e, assim sendo, apresentou três demandas: a primeira reivindica um posicionamento do governo para parar a violência; a segunda diz respeito à transição para um governo multirracial; e a terceira demanda se refere à necessidade de convocação de uma assembleia constituinte. Além disso, Nelson Mandela atuou no cenário internacional e, através da Organização da Unidade Africana (OUA), angariou o apoio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), que instaurou a Missão de Observação da ONU na África do Sul (*UN Observer Mission in South Africa - UNOMSA*).

Portanto, surge uma rede de ativismo transnacional – incluindo atores governamentais, intergovernamentais e não-governamentais – que, após longo período de omissão, iniciou um processo de contestação e de pressão internacional para o fim do regime de Apartheid na África do Sul, facilitado pela conjuntura regional e internacional da época. Os embargos políticos e econômicos, principalmente por parte da ONU, fizeram com que os sistemas político e econômico da África do Sul entrassem em crise, o que resultou no colapso e fim do regime Apartheid, fruto da instabilidade interna e da pressão internacional (BRAGA, 2011).

A partir da implementação da filosofia *Ubuntu*, entretanto, houve a geração de estruturas sociais de paz. Portanto, “nem tudo está perdido após os passados 500 anos de escravidão, colonização e globalização” (DOLAMO, 2013, p. 01).

2. Ubuntu: Uma Filosofia Africana para a Paz

Após breve explanação da história da África do Sul e observando as violências cultural, estrutural e direta contextualizadas, busca-se, a partir desse momento, trazer um panorama conceitual da filosofia *Ubuntu* para então entender como a *Artist Proof Studio* (APS) tem buscado fortalecer esse conceito, aplicando-o ao cenário sul-africano e promovendo o processo de reconciliação e de construção da paz.

De acordo com Dolamo (2013), o conceito de *Ubuntu* é antigo e não é exclusivo à filosofia sul-africana, no entanto, essa ideia vem sendo revigorada como forma de fortalecer a identidade africana no contexto em que seus países vêm se tornando independentes dos regimes coloniais e escravocratas, além de ajudar a resistir ao processo de globalização. Para Manda (2009), etimologicamente o termo “*Ubuntu*” tem origem em algum dialeto das línguas Bantu, referindo-se à interconectividade de um humano com todos os outros de sua espécie. Especifica ainda duas variações da língua Banta: a língua Sesotho e a língua Nguni, que dão origem, respectivamente, aos termos “*botho*” e “*ubuntu*” que tem o mesmo significado (DOLAMO, 2013).

A filosofia *Ubuntu* tem ganhado visibilidade, principalmente, após a instauração da Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul no contexto pós-Apartheid, junto também ao empreendimento de uma política denominada de “*African Renaissance*”, que se refere à tentativa de promover o empoderamento do povo sul-africano através da cultura (NABUDERE, 2005). Contudo, tal filosofia refere-se a um sentimento que está espalhado pelo continente africano, expresso de forma prática na vida cotidiana dos indivíduos em comunidade, estando eles conscientes disso ou não, mas que tende a cumprir o papel de estabelecer um senso de identidade e respeito mútuo (NABUDERE, 2005, p. 02). Nabudere ainda traz uma explicação do conceito de *Ubuntu* por meio de dois provérbios, um de origem Zulu e outro de origem Sotho:

[...] assim como o provérbio Zulu diz: "Umuntu ngumuntu nbabantu", que literalmente significa: “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”. Essa crença, portanto, prescreve *Ubuntu* como “sendo com outros”. O povo Sotho tem uma expressão similar, que é encontrada em muitas outras línguas africanas. Para o povo Sotho “ser com outros” é expresso filosoficamente como: *Motho ke ntoho batho*. Para alcançar essa união, a reconciliação com esses “outros” se torna uma necessidade contínua do ser (NABUDERE, 2005, p. 03).

Logo, percebe-se que há versões para esses aforismos de acordo com o contexto cultural, mas que abordam o mesmo significado filosófico do termo *Ubuntu*. Citando Leonhard Praeg (2014), o autor Dirk Louw (2010) relaciona o termo com o ato político de partilhar poder, tornando evidente a noção de interdependência entre os indivíduos. Não obstante, a partir de uma perspectiva ética sobre o conceito, as premissas dessa filosofia permitem a convergência entre individualidade e pluralidade, no sentido em que a pluralidade não impõe uma identidade para o indivíduo, mas são as individualidades que compõem a pluralidade e assim formam o cenário comunitário. Em outras palavras, *Ubuntu* está contextualizado na relação recíproca que se dá entre os indivíduos e sua comunidade, portanto, a máxima “eu sou porque nós somos” pode ser trocada por “nós somos porque eu sou” e ainda captar o significado de *Ubuntu* (LOUW, 2010, p. 7-8).

Já para Chaplin (1996), não é somente uma expressão, não é somente um conceito, mas é realmente uma filosofia de vida para os africanos, representada em uma palavra com um significado de valor universal. Manifesta-se quando um indivíduo reconhece o outro indivíduo como sendo tão humano quanto ele, fortalecendo a noção de que o bem-estar da comunidade deve ser posto acima dos interesses dos indivíduos. Por outro lado, depende dos indivíduos a garantia desse bem-estar, logo, *Ubuntu* é algo fundamental para a (re)construção de uma comunidade após um longo período de conflitos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos.

Entretanto, deve-se considerar que, por ora, não há termo equivalente na língua portuguesa que abarque o real significado de *Ubuntu*, enquanto na língua inglesa o termo pode ser referido

como “*humanness*” que, mesmo não sendo ideal, aproxima-se bastante da essência dessa filosofia (SIGGER et al, 2010), diferentemente, por exemplo, do termo “*humanity*” (comumente traduzido para o português como “humanidade”), que se pressupõe não ser capaz de apreender sua complexidade.

De acordo com Binsbergen (2001), considerando que o cenário de globalização moldou a atual sociedade africana, não há necessidade de se aprofundar sobre os debates etimológicos, sobre as origens étnicas, ou ainda, sobre qual abordagem traz a melhor conceituação da filosofia *Ubuntu*. Deve-se, na verdade, focar em como essa filosofia pode ser usada como ferramenta para transformações sociais, sendo assim, destaca-se também o papel da abordagem utópica da aplicação do *Ubuntu* a contextos locais reais, com o intuito de atingir as mudanças desejadas, transformando relações.

Ressaltam-se, ainda, três razões para o *Ubuntu* se tornar eficaz como instrumento de transformação social, por causa de sua (i) *perspectiva histórica*, pois os indivíduos que estão inseridos no local, sejam eles adeptos das práticas de uma sociedade globalizada ou não, carregam em si, de forma consciente e/ou inconsciente, experiências que remetem a um passado ancestral que pode ser resgatado com a filosofia *Ubuntu*, possibilitando a formação de uma; (ii) *identidade africana* que tende a fortalecer “símbolos, conceitos e práticas” locais, ou seja, a filosofia *Ubuntu* — nesse caso, contraditoriamente considerada uma prática local de caráter global — consequentemente corrobora para formação de uma; (iii) *estratégia* de transformação de conflitos com base no fomento da unidade africana e na inserção de práticas locais pluralistas na sociedade africana, que vem passando pelo processo de globalização e se aprofundando nele (BINSBERGEN, 2001, p. 73-4).

Para que uma organização — que tenha por objetivo fomentar o processo de reconciliação através da filosofia *Ubuntu* — possa mostrar todo o seu potencial ao gerenciar práticas que promovam a integração entre os indivíduos, ela deve ser concebida de acordo com as tecnologias e os valores basilares da raiz dessa filosofia, sendo eles: empreendimentos comunitários, legitimidade de liderança, compartilhamento de valor, coletivismo e solidariedade, desenvolvimento integrado contínuo, interconectividade, respeito e dignidade (SIGGER et al, 2010). Não obstante, para Tom (2015, p. 9), tais valores basilares dessa filosofia se resumem em “*humanness*, partilha, respeito, cuidado e compaixão”.

A capacidade da filosofia *Ubuntu* de trazer diferentes grupos para trabalharem juntos pode ser a chave para que as organizações promovam a reconciliação entre os indivíduos, ou seja, por meio de processos grupais fomentam-se, na comunidade, os princípios de cooperação e colaboração, mostrando-lhes a importância da união para prover um desenvolvimento local mais forte (MUGUMBATE & NYANGURU, 2013). Nesse sentido, não só o governo sul-africano, como também diversas comunidades locais têm procurado desenvolver programas baseados na filosofia

Ubuntu, na tentativa de mobilizar indivíduos a trabalharem juntos como forma de regenerar a moral do país e transformar os desafios enfrentados pela sociedade sul-africana na atualidade (TOM, 2015). Utilizam-se, inclusive, do amparo do sistema judiciário do país, que enfatiza elementos dessa filosofia como forma de fomentar a harmonia social:

Um dos objetivos centrais das políticas de sentenciamento da África do Sul é a restauração da harmonia social. Desde conciliação, harmonia social, interdependência e comunalidade são centrais ao Ubuntu, Ubuntu tem cumprido um papel importante no sistema de justiça criminal do país. Como tal, a corte constitucional da África do Sul tem dado ênfase em alguns elementos-chaves do Ubuntu, incluindo reconciliação, harmonia social, dignidade, civilidade, responsabilidade, confiança e respeito para com os outros, assim como compatibilidade com a Declaração de Direitos do país (TOM, 2015, p. 12).

Essa perspectiva posta em voga pela filosofia *Ubuntu* de contribuição dos indivíduos para o desenvolvimento da comunidade, partindo do entendimento que a relação que se dá entre eles em sociedade é de, não só interdependência, mas de interconectividade. Desse modo, é consoante com os Estudos Críticos de Segurança, ou *Teoria de Segurança Mundial*, para qual o processo de transformação de conflitos e/ou de mudanças sociais são frutos de ações coletivas que se referem às estruturas locais ou globais que mitigam as violências e fortalecem a noção de liberdade dos indivíduos e dos grupos, de forma a incentivar o reconhecimento das liberdades dos outros (BOOTH, 2007). Liberdade é essencial para a concepção de uma noção de segurança eficiente, pressupondo a necessidade de um processo de emancipação (política e econômica) dos indivíduos, isto é, a liberdade é pilar fundamental da emancipação humana e a emancipação humana é básica para garantir a segurança humana – havendo, portanto, a necessidade de enfatizar as abordagens de segurança que têm foco nas interações humanas, pois são essas interações que sustentam o mundo (BOOTH, 1991).

Sendo assim, faz-se necessário discutir como a *Artist Proof Studio (APS)* se apropria da filosofia *Ubuntu* como forma de promover o processo de reconciliação na África do Sul e, ainda, como estratégias artísticas podem fortalecer o conceito de *Ubuntu*. Ademais, procurar-se-á, por conseguinte, compreender como estratégias artísticas através da filosofia *Ubuntu* promovem a transformação de conflito no contexto pós-Apartheid na África do Sul.

Ao se verificar o ressurgimento do conceito do Ubuntu, percebe-se, de acordo com o filósofo congolês Jean Bosco Kakozi Kashindi, que há uma filosofia africana, o que nega pressupostos ocidentais de que isto não existia; além disso, que essa filosofia se encaixa como possibilidade de resistência e de reconstrução, já que serve de modelo pós-colonial para o Sul Global (MACHADO, 2015; VASCONCELOS, 2017), porque contraria o pensamento ocidental individualista que tantos males causou (BONAMIGO, 2016).

3. Estratégias Artísticas para a Construção da Paz

A arte, em suas mais variadas formas (teatro, música, dança, arte visual, etc.), é instrumento funcional da sociedade com capacidade de estabelecer canais de comunicação e expressão entre os indivíduos ou entre grupos de indivíduos. Sendo assim, considerando sua capacidade de transformar as dinâmicas dos relacionamentos humanos, mesmo ao ser tratada como uma abordagem suave para a transformação de conflitos, a arte deve ser pensada de forma estratégica, isto é, pode-se pensar a utilização das artes de forma coordenada a outras iniciativas de Construção de Paz (SHANK & SCHIRCH, 2008). De acordo com Cynthia Cohen (2015), abordagens artísticas e práticas culturais direcionadas para a Construção da Paz podem exercer grande influência no processo de confrontação e transformação dos problemas de determinada comunidade:

Em iniciativas de construção da paz, as artes e as práticas culturais visam incorporar um tipo de poder que não repousa em danos ou dominação, mas sim em reciprocidade, conectividade e produtividade. As artes podem ser trabalhadas para engajar as pessoas de modo convincente, mas não coercitivamente, nos assuntos que confrontam suas comunidades. (COHEN, 2015, p. 06).

Nesse momento, compreende-se a Construção da Paz como “as variadas formas de tentar prevenir, reduzir, transformar e ajudar pessoas a se recuperarem da violência em todas suas formas, em todos os níveis da sociedade e em todos os estágios do conflito” (SHANK; SCHIRCH, 2008, p. 218-219). Logo, o processo de reconciliação entre grupos conflitantes pode ser considerado um método de Construção da Paz, principalmente quando utilizado na tentativa de transformar relações violentas em relações de confiança (WEBEL; GALTUNG, 2007, p. 174).

Para que ocorra a reconciliação por meio das artes, pressupõe-se a necessidade de compreender a experiência estética como algo fundamental no processo, assim como explana Cynthia Cohen (2003). Em primeiro lugar, deve-se considerar o engajamento sensorial e cognitivo dos indivíduos como forma de torna-los conscientes de que são capazes de criar significação; em seguida, perceber-se que as experiências estéticas se adequam a um contexto no espaço-tempo, fazendo com que as artes possam ser estrategicamente direcionadas a um determinado período traumático da história do indivíduo e/ou comunidade; por fim, é necessário usar a mistura de elementos inovadores e tradicionais para o tratamento dessas tensões (COHEN, 2003, p. 05-07).

Portanto, indo adiante, compreende-se que estética pode ser definida a partir da relação entre sujeito-objeto, onde cada sujeito percebe — e é sensível a — determinado objeto de formas diferentes, sem haver a necessidade de explicação de seus fenômenos. Nesse caso: “Arte é o objeto, material ou imaterial. Estética é a forma de produzi-lo e percebê-lo. Arte está na coisa; Estética, no sujeito e em seu olhar” (BOAL, 2009, p. 22).

Por isso, o processo de reconciliação diz respeito à transformação do fenômeno estético, onde o indivíduo deve substituir a percepção que ele tem do outro como inimigo pela percepção do outro como um humano, semelhante a ele, isto é, a essência desse processo é a busca pelo que há de comum entre os indivíduos, respeitando suas diferenças. De acordo com Cynthia Cohen (2003), esse processo de transformação da percepção estética — que pode ser estrategicamente viabilizado por abordagens artísticas — refere-se à transformação da transsubjetividade. Este conceito remete à construção da identidade étnica ou nacional de um indivíduo a partir da absorção de símbolos externalizados por seu grupo ou comunidade, que comumente designam símbolos que constroem uma estética daqueles que não pertencem a esse grupo ou comunidade como sendo inimigos — ou como diz Valerie Rosoux (2007), como sendo bárbaros, pois só são civilizados aqueles entre os seus.

Partindo do pressuposto que os conflitos são intrínsecos às relações humanas, para haver a transformação de conflitos necessita-se de uma abordagem positiva que tenha a pretensão de fomentar mudança ou crescimento a partir do próprio conflito. Isto é, tem-se no conflito a “oportunidade de crescer e de melhorar o nosso entendimento sobre nós mesmos e sobre os outros” (LEDERACH, 2003, p. 3), assim redireciona-se tal energia para as mudanças sociais positivas. Dessa forma, surge a necessidade de pensar estrategicamente o uso das artes, para que possa cumprir, de forma não só eficaz, mas eficiente, o seu papel na redução da violência — que é a via negativa de um conflito, quando o conflito perde o controle (MULLER, 1998).

Portanto, há quatro dimensões em que a transformação de conflitos pode surgir efeito de forma positiva: Na (i) *dimensão pessoal*, que remete à individualidade e enfatiza nela os seus potenciais; na (ii) *dimensão relacional*, que (re)estabelece os canais de comunicação entre as partes e propicia o entendimento recíproco; na (iii) *dimensão estrutural*, que busca direcionar as diversas formas de organização (institucional, política, econômica, dentre outras), para atender as necessidades humanas, buscando reduzir a violência indo na raiz dela; e ainda na (iv) *dimensão cultural*, procura substituir padrões culturais que incentivam a violência por padrões que se oponham aos conflitos violentos (LEDERACH, 2003, p. 05-06).

Em conformidade com isso, de acordo com o método *Transcend* apresentado por Johan Galtung (2000), é possível inferir que o processo de transformação de conflitos para que se atinja a paz deve ser baseado em três pilares básicos e fundamentais: empatia, não violência e criatividade. Sendo, respectivamente, para entender as partes e abrandar suas atitudes; para direcionar-se as necessidades básicas e tornar os comportamentos mais leves; e para ajudar a transcender as contradições (CONCHA, 2009, p. 79).

Por conseguinte, ressaltando que as artes têm essa capacidade transformativa, nas quais surgem novas perspectivas ou possibilidades, o potencial de sua aplicação dependerá da estratégia

adotada e para isso Shank e Schirch (2008) elencam alguns passos a serem seguidos: 1) Saber quais as intenções do uso estratégico das artes na Construção da Paz, isto é, qual o problema, os objetivos, a metodologia, a abordagem artística, o público-alvo, formas de avaliação etc.; 2) Ter o cuidado de como a mensagem será veiculada pela abordagem artística escolhida, evitando-se problemas de comunicação; 3) Aplicar um método de avaliação no processo de transformação para coletar resultados, compreender os efeitos e, eventualmente, aprimorar a abordagem.

4. Artist Proof Studio (APS)

Partindo do que já foi exposto, no contexto pós-Apartheid na África do Sul, destacam-se pessoas como Nelson Mandela e Desmond Tutu, figuras essenciais para o processo de transição política e que buscaram empreender uma política de reconciliação baseada nos preceitos da justiça restaurativa. Tais preceitos referem-se ao reconhecimento de ambas as partes, ofensores e vítimas, na tentativa de apreender suas experiências e criar um movimento de conscientização sobre os traumas vividos. Assim, mesmo com muitas críticas, essa política de reconciliação foi instrumentalizada e posta em prática quando foi implementada a Comissão da Verdade e Reconciliação (PINTO, 2007).

Nesse contexto, encontra-se a *Artist Proof Studio* (APS), fundada e situada na cidade de Johannesburgo, na África do Sul. Ela é uma organização sem fins lucrativos de utilidade pública, caracterizada pela noção de humanidade compartilhada como forma de se tornar autossuficiente; logo, percebe-se que essa noção remete à filosofia *Ubuntu*. Destarte, ressalta-se que a APS tem por objetivo prover um ambiente propício ao desenvolvimento de capacidades através das artes e valores comuns, tais como, inovação, autoconsciência, engajamento, excelência e, ainda, o próprio *Ubuntu* (APS, 2013). Ou seja, a APS adota o *Ubuntu* como um valor organizacional coerente com o objetivo da instituição em prover um espaço seguro e solidário para o desenvolvimento da comunidade.

Durante o processo de transição, em 1992, pouco antes das primeiras eleições democráticas pós-período de Apartheid, surge a APS na tentativa de criar oportunidades para jovens artistas em desvantagem financeira e educacional, devido ainda às desigualdades encontradas no contexto específico sul-africano. A organização baseava-se em meios não raciais para promover treinamentos para esses jovens, tentando ainda promover a reconciliação, ao levar brancos e negros a trabalharem juntos (BERMAN & SELIBE, 2005).

A partir das perspectivas supracitadas de Sigger (2010), Mugumbate & Nyanguru (2013) e Tom (2015), vale destacar que a integração dos indivíduos e o engajamento conjunto de diferentes grupos dentro de uma organização que pretende transformar a realidade social de determinada

localidade dependem de alguns dos valores e princípios apresentados pela APS, tais como o empreendimento comunitário, o respeito, a cooperação, a solidariedade, etc.

Desde o começo, a APS realmente parecia estar empreendendo com sucesso o engajamento conjunto de pessoas brancas e negras em projetos artísticos em comunidades, contudo, em 2002, ocorreu um incêndio que destruiu o estúdio e levou a vida de Nhlanhla Xaba, um dos fundadores da organização, deixando seus membros bastante abalados pelas grandes perdas (BERMAN & SELIBE, 2005). Então, na tentativa de obter fundos para reerguer a organização, a APS foi inscrita e aprovada para participar de um programa da *Brandeis University* (Waltham/Boston, Massachusetts, EUA), denominado de *Recasting Reconciliation through Culture and the Arts* (BRANDEIS UNIVERSITY, 2017; BERMAN & SELIBE, 2005, p. 04). Além disso, surgiu das sessões de terapia grupal uma das iniciativas artísticas para fomentar a recuperação do grupo, que foi a confecção de painéis feitos com colagens a partir de materiais que sobraram do incêndio, sendo essa uma forma de o grupo tratar do passado, presente e futuro (BERMAN & SELIBE, 2005, p. 9).

Em 2004, inaugurava-se o novo estúdio da APS, promovendo-se também uma série de reformas na estrutura da organização com o intuito de fortalecer seus valores básicos, substituindo, por exemplo, a estrutura de poder hierárquica pela formação de um conselho circular, composto por representatividades de todos os setores da organização — estudantes, membros, coordenadores, etc. — (BERMAN & SELIBE, 2005, p. 18). Portanto, parecendo ser mais compatível com a noção de *Ubuntu*, por proporcionar a horizontalização das relações, ou seja, resgata-se a partir dessa filosofia a noção de partilhar poder ao evidenciar a interdependência e a interconectividade dos indivíduos no processo de tomada de decisões da organização.

Atualmente, há quatro programas de atividades desenvolvidos pela APS: (a) *APS Gallery*, que tem por objetivo expor, local e internacionalmente, os trabalhos dos estudantes, dos artistas profissionais ou de qualquer outro membro associado à APS, gerando assim sua renda; (b) *Education Unit*, visa promover a capacitação dos estudantes em artes visuais, especificamente, em gravura, mas não somente em desenhar, mas também em se comunicar e negociar, portanto, destacam-se os cursos profissionalizantes com duração de cerca de três anos, além de oficinas aos fins de semana para aqueles que não podem participar integralmente dos cursos; (c) *Professional Print Studio (Pro-shop)*, que diz respeito à geração de renda pra manutenção da organização, oferecendo um trabalho especializado na impressão e venda de trabalhos artísticos, sejam de artistas associados à APS, ou de outros artistas locais, nacionais ou internacionais; (d) *Special Projects Unit*, relacionado ao programa *Education Unit*, que tenta inserir os alunos em um contexto ainda mais amplo, o da sociedade, estabelecendo contatos e parcerias com entidade corporativas, governamentais e civis como forma de oferecer serviços de ilustração, restauração, curadoria, etc.,

incentivando-os a aprimorar suas habilidades em troca da arrecadação de fundos que ajudem a sustentar a organização (APS, 2015).

As iniciativas da APS em utilizar as potencialidades artísticas locais, a filosofia *Ubuntu* e a estrutura horizontal de gestão são compatíveis com o pensamento pós-colonial; pois as perspectivas pós-coloniais “nos ajudam a problematizar, interpretativamente, as transformações globais oriundas das transições desiguais da era dos Impérios para a era da pós-independência das ex-colônias” (LIMA & GERMANO, 2012, p. 200). Isto é, a atuação da APS é regida por uma lógica de transformação social que busca subverter a estrutura hierárquica e a imposição cultural do Ocidente, herdadas durante o processo de colonização e fortalecidas no regime de Apartheid.

Considerações Finais

A estrutura da organização reflete uma experiência que instrumentaliza a filosofia *Ubuntu* para resgatar a história e a cultura local, fortalecer a construção de uma identidade sul-africana e implementar estrategicamente as práticas locais como fortes mecanismos de construção da paz. Ademais, a experiência estética proporcionada pelas artes é uma importante característica para o fortalecimento da filosofia *Ubuntu*, pois proporciona aos indivíduos envolvidos a oportunidade de perceber e sentir sua interconexão com os demais seres humanos, independentemente de suas individualidades.

A partir do que foi apresentado e trabalhado, evidencia-se que a APS funciona aos moldes do ciclo de Construção da Paz desenvolvido por Shank e Schirch (2008, p. 221), fundamentado na (i) *construção de habilidades*, através de seus treinamentos; na (ii) *transformação de relacionamentos*, ao promover a reconciliação por meio do trabalho conjunto entre negros e brancos; no (iii) *empreendimento de conflitos não violentos*, ao agir diretamente em defesa dos direitos dos indivíduos, por exemplo, em defesa da liberdade; e na (iv) *redução da violência direta*, ao criar um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades pacíficas, baseadas na educação artística e profissional.

A estratégia artística da APS, baseada nas artes visuais, tem papel fundamental no processo de reconciliação, pois essa abordagem tem forte sentido estético que pode ser estrategicamente direcionado para transformar a subjetividade, dessa forma, substituir símbolos de conotação negativa por símbolos de conotação positiva. Há, ainda, do ponto de vista pós-colonial, a tentativa de substituição ou mesmo subversão de uma estrutura política, social e econômica herdada pelos colonizadores; logo, a APS oferece uma nova lógica de pensar o desenvolvimento local e nacional a partir das potencialidades culturais da África do Sul.

Fora isso, o engajamento de grupos outrora conflitantes em trabalhos conjuntos com o intuito de aprimorar as habilidades individuais e sustentar a organização da qual faz parte,

assemelha-se à relação entre indivíduo e comunidade da filosofia *Ubuntu*, além de estabelecer uma estrutura social local que busca transformar a realidade através de ações coletivas, sendo assim, uma forma de gerar segurança mundial, promovendo a emancipação dos indivíduos e, de forma geral, do grupo. Considerando-se, portanto, o sucesso da APS em empreender iniciativas artísticas que possibilitaram sua autossuficiência, infere-se que a emancipação não tem sido somente política, mas também econômica, servindo como um caso exemplo para a construção da paz a partir do local e sua cultura.

Referências

APS - ARTIST PROOF STUDIO (2013). **Annual Report 2013**, Johannesburg, publicado em [<http://artistproofstudio.co.za/wp-content/uploads/2015/05/APS-Annual-Report-2012-13.pdf>]. Disponibilidade: 22/03/2017.

_____ (2015). **Annual Report 2014-2015**, Johannesburg, publicado em [<http://artistproofstudio.co.za/wp-content/uploads/2015/05/APS-Annual-Report-2014-15.pdf>]. Disponibilidade: 22/03/2017.

BERMAN, Kim; SELIBE, Daniel Stompie (2005). **Artist Proof Studio: A Journey of Reconciliation**. Waltham/MA: Brandeis University. Publicado em: [http://www.brandeis.edu/ethics/peacebuildingarts/pdfs/peacebuildingarts/kim%20artist_proof_studio-1.pdf]. Disponibilidade: 22/03/2017.

BINSBERGEN, Win van (2001). Ubuntu and the Globalization of Southern African Thought and Society. **Quest** (Centre for Development Studies, University of Groningen), 15 (1-2): 53-90.

BOAL, Augusto (2009). **Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond.

BONAMIGO, Gilmar Francisco (2016). O problema do humano em Emmanuel Lévinas. **O que nos faz pensar**, 25 (38): 139-60.

BOOTH, Ken (1991). Security and emancipation. **Review of International Studies**, 17 (4): 313-26.

_____ (2007). **Theory of World Security**. New York: Cambridge University Press.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino (2011). **A Rede de Ativismo Transnacional contra o Apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

BRANDEIS UNIVERSITY (2017). **Recasting Reconciliation Through Culture and Arts**, publicado em [<https://www.brandeis.edu/ethics/peacebuildingarts/recasting/index.html>]. Disponibilidade: 22/03/2017.

CHAPLIN, Kevin (1996). **The Ubuntu Spirit of African Communities**. Council of Europe.

COHEN, Cynthia (2003). Engaging with the Arts to Promote Coexistence. In MINOW, Martha & CHAVES, Antonia. (org.). **Imagine Coexistence: Restoring Humanity after Violent Ethnic Conflict**. Hoboken/NJ: Jossey-Bass.

_____ (2005). Creative Approaches to Reconciliation. In FITZDUFF, Mari & STOUT, Christopher E. (org.). **The Psychology of Resolving Global Conflicts: From War to Peace; Volume 3 Interventions**, Westport, CT: Greenwood Publishing Group.

_____ (2015). State of the Art - Arts and Building Peace: Affirming the Basics and Envisioning the Future. **Insights** (United States Institute of Peace): 5-7.

CONCHA, Percy Calderón (2009). Teoría de Conflictos de Johan Galtung. **Revista Paz e Conflictos**, 2 (1): 60-81.

DOLAMO, Ramathate (2013). Botho/Ubuntu: The heart of African Ethics. **Scriptura**, 112 (1): 1-10.

GALTUNG, Johan (1969). Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, 6 (3): 167-191.

_____. (2000). **Conflict Transformation by Peaceful Means (The Transcend Method)**. Geneva: United Nations Disaster Management Training Programme.

LEDERACH, John Paul (2003). Conflict Transformation. In BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi. (org.). **Beyond Intractability**. Boulder: Conflict Information Consortium, University of Colorado. Publicado em: [<http://www.beyondintractability.org/essay/transformation>]. Disponibilidade: 21/03/2017.

LIMA, José Gllauco Smith Avelino de; GERMANO, José Willington (2012). O Pós-Colonialismo e a Pedagogia de Paulo Freire. **Inter-Legere**, (11): 198-27.

LOUW, Dirk (2010). **Power sharing and the challenges of Ubuntu ethics**, publicado em [<http://uir.unisa.ac.za/bitstream/handle/10500/4316/Louw.pdf>]. Disponibilidade: 22/03/2017.

MACHADO, Ricardo (2015). **Ubuntu: filosofia africana confronta poder autodestrutivo do pensamento ocidental, avalia filósofo**, publicado em Opera Mundi [<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/42253/ubuntu+filosofia+africana+confronta+poder+autodestrutivo+do+pensamento+ocidental+avalia+filosofo.shtml>]. Disponibilidade: 06/05/2018.

MANDA, David Suze (2009). **Ubuntu philosophy as an African philosophy for Peace**, publicado em African Files [<http://www.africafiles.org/article.asp?ID=20359#>]. Disponibilidade: 22/03/2017.

MUGUMBATE, Jacob; NYANGURU, Andrew (2013). Exploring African Philosophy: The value of Ubuntu in Social Work. **African Journal of Social Work**, 3 (1): 82-100

MULLER, Jean-Marie (1998). **O Princípio da Não-Violência – Percurso Filosófico**. Almada: Instituto Piaget.

NABUDERE, Dani W. (2005). **Ubuntu Philosophy: Memory and Reconciliation**, publicado em: [repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/4521/3621.pdf?sequence=1&isAllowed=y]. Disponibilidade: 21/03/2017.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz (2008). Apartheid: Apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In MACEDO, José Rivair (org.). **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 139-57.

- PINTO, Simone Martins Rodrigues (2007). Justiça Transicional na África do Sul: Restaurando o passado, construindo o futuro. **Contexto Internacional**, 29 (2): 393-421.
- PRAEG, Leonhard (2014). **A Report On Ubuntu**. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press
- ROSOUX, Valérie (2007). Arts et Résolution des Conflits. In MASSART-PIERARD, Françoise (Org.). **Culture et relations internationales**. Louvain-la-Neuve : Presses universitaires de Louvain, 101-10.
- SHANK, Michel; SCHIRCH, Lisa (2008). Strategic Arts Based Peacebuilding. **Peace & Change**, 33 (2): 217-42.
- SIMPSON, James G. R. (2012). **The Boipatong massacre and South Africa's democratic transition**. Leiden : African Studies Centre.
- SIGGER, D. S.; POLAK, B. M.; PENNINK, B. J. W. (2010). **“Ubuntu” or “Humanness” as a management concept**. Groningen: Centre for Development Studies (CDS Research Report, N° 29).
- TOM, Patrick (2015). A “post-liberal peace” via Ubuntu?. **Peacebuilding**, 6 (1): 65-79.
- VASCONCELOS, Francisco Antonio de (2017). Filosofia Ubuntu. **Logeion – Filosofia da Informação**, 3 (3): 100-112. Publicado em [<http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3841>]. Disponibilidade: 06/05/2018.
- WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan (2007). **A Handbook of Peace and Conflict Studies**. London and New York: Routledge.